

TERMO DE REFERÊNCIA PARA A CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE PRIMEIRA INFÂNCIA – COALIZÃO CEARÁ

1. OBJETIVO DO DOCUMENTO

Apresentar o escopo de trabalho para uma chamada de propostas para a Avaliação de Processos e Resultados, a ser realizada por empresa de consultoria, do programa de primeira infância realizado no Estado do Ceará, por meio de coalizão formada pela Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, Porticus, Fundação Bernard Van Leer e Governo do Estado do Ceará.

2. CONTEXTO

Sobre a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal:

Desde 2007, a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal atua com a primeira infância, sua principal causa. Estabelecemos prioridades alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), mais especificamente ao 4.2 que diz: “Até 2030, garantir que todos as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário.

Nossa contribuição a este ODS se dá a partir do apoio ao desenvolvimento de modelos e pesquisas aplicadas, de ações de comunicação e pela articulação com lideranças públicas e privadas, via estratégias de advocacy, com o objetivo de: melhorar o acesso e qualidade da educação infantil e serviços de parentalidade, sensibilizar a sociedade sobre a importância do tema e ter métricas de avaliação (desenvolvimento e educação infantil) que promovam transparência e orientem os gestores em seus processos de tomada de decisão.

Promovemos parcerias para ampliar impactos e alavancar resultados. É dessa forma que atuamos, porque nossa razão de existir é desenvolver a criança para desenvolver a sociedade.

Sobre a Porticus:

A Porticus é a organização internacional que administra e desenvolve os programas filantrópicos de entidades beneficentes estabelecidas pela família Brenninkmeijer. Colaboramos com parceiros em todo o mundo para promover a dignidade humana, a justiça social e a sustentabilidade. Trabalhando nas áreas de educação, sociedade, fé e clima, pretendemos contribuir para a mudança social sistêmica, combinando nossa experiência global com parceiros locais e nacionais. A Porticus atualmente opera 12 escritórios em 5 continentes com 200 membros em sua equipe e apoia anualmente mais de 1.000 organizações parceiras em mais de 90 países.

Uma das prioridades da Porticus é contribuir para o desenvolvimento integral de crianças na primeira infância, fortalecendo o ambiente de relações entre os bebês e crianças com seus pais, cuidadores, professores e outros profissionais; e a melhoria dos sistemas que os atendem (educação, saúde e assistência social, principalmente), com foco naqueles que se encontram em situação de maior vulnerabilidade. Este trabalho está orientado por uma estratégia setorial global da Porticus, denominada “Construindo Futuras Gerações” (Building Future Generations, BFG).

Sobre a Fundação Bernard van Leer:

A Fundação Bernard van Leer é uma organização holandesa independente que atua globalmente para garantir que todos os bebês e crianças tenham um bom começo de vida. Nós informamos e inspiramos ações em grande escala que melhoram a saúde e o bem-estar das crianças - especialmente as mais vulneráveis - e das pessoas que cuidam delas. Fornecemos apoio financeiro e expertise para parceiros de governos, sociedade civil e privada para ajudar no teste e ampliação de serviços que efetivamente melhorem a vida de crianças pequenas e suas famílias.

Nos últimos 50 anos, trabalhamos em todas as regiões do mundo e firmamos parcerias em mais de 25 países, levando a inovações na prestação de serviços e treinamento, amplamente adotados por governos e organizações sem fins lucrativos, sobre como incrementar a saúde, nutrição e educação de crianças pequenas.

Sobre o Coalizão Território Ceará - Primeira Infância:

A coalizão Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, Porticus e Fundação Bernard van Leer materializa a união de esforços e recursos dessas três instituições no propósito de, em parceria com o Governo do Estado do Ceará e via regime de colaboração deste com os municípios, promover o desenvolvimento infantil das famílias e crianças cearenses, em especial daquelas em situação de extrema vulnerabilidade.

Por meio da conexão de um portfólio de iniciativas com os desafios e metas estratégicas do Governo do Estado para a primeira infância, a coalizão propõe atuar em uma perspectiva sistêmica e planejada ao longo dos anos de 2021 e 2022, visando desenvolver um modelo integrado de colaboração que fortaleça o atendimento às famílias em situação de extrema vulnerabilidade. A estratégia será implantada em caráter piloto junto à 24 Municípios demonstrativos com foco na qualificação dos serviços para promoção de desenvolvimento de relações positivas entre cuidadores, comunidade educativa, gestores e crianças.

Por meio do processo de Planejamento Estratégico do Governo do Estado do Ceará junto às Fundações da coalizão, foi desenhada uma teoria de mudança que pretende, no longo prazo, garantir o acesso das crianças de 0 a 6 anos em situação de extrema vulnerabilidade do Estado do Ceará à atenção integral de qualidade, visando seu desenvolvimento pleno.



Em conexão com a teoria de mudança, foi estruturado um portfólio de iniciativas que são executadas com apoio de diversos parceiros técnicos especializados, divididas por estratégia, conforme descrito a seguir.

Objetivos, estratégias e iniciativas

A. Estratégia: Educação infantil

- A.1. Iniciativa: Avaliação da Qualidade da Educação Infantil
- Aplicação de instrumentos que mensurem a qualidade da educação infantil
 - Diagnóstico das condições de oferta e da aprendizagem
 - Piloto em 12 municípios / em todas as unidades
 - Transferência de tecnologia para a SEDUC e as SMEs / Sistema de Monitoramento

Parceiros: Laboratório de Estudos e Pesquisas em Economia Social – USP
Ribeirão Preto

- A.2. Iniciativa: Parâmetros de Qualidade e Equidade da Educação Infantil Cearense

- Construção participativa de documento contendo padrões adequados e desejáveis para a rede, para diagnóstico das gestões municipais
- Consulta pública e formação dos gestores

Parceiros: Consultora independente

A.3. Iniciativa: Implementação do Documento Curricular Referencial do Ceará (DCRC) – EI

- Formação continuada de formadores das Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação (CREDES) – BNCC-EI e DCRC-EI
- Acompanhamento e apoio na formação em cascata em 24 municípios

Parceiros: Consultoras independentes

B. Estratégia: Parentalidade

B.1. Iniciativa: ACT: Para educar crianças em ambientes seguros

- Programa que visa fortalecer a parentalidade positiva nas famílias, aprimorando ou modificando suas práticas educativas por meio do compartilhamento de conhecimentos, a fim de prevenir maus tratos e violência no presente e futuro das crianças
- 8 encontros de 2 horas em grupo tratando de temas como primeira infância e desenvolvimento infantil, práticas parentais, disciplina, e prevenção da violência contra crianças.

Parceiros: Laboratório de Pesquisa em Prevenção de Problemas de Desenvolvimento e Comportamento da Criança – USP Ribeirão Preto

B.2. Iniciativa: Crescer aprendendo

- Promoção de ambientes saudáveis para o desenvolvimento integral de crianças na primeira infância, por meio de 1. Formação presencial para famílias, 2. Crescer Aprendendo Digital, 3. Trilha Crescer Aprendendo, e; 4. Mobilização do setor privado para a primeira infância
- Formação presencial: 6 oficinas de 2 horas ministradas em escolas / Crescer Aprendendo Digital: 4-6 meses
- Temáticas como: alimentação, saúde, comportamento, direitos da criança, papel da família.

Parceiros: United Way Brasil

C. Estratégia: Gestão

C.1. Iniciativa: Avaliação da parentalidade e perfil das famílias – Cartão Mais Infância Ceará

- Levantar e analisar dados sobre condição das famílias, alcance das políticas públicas do Estado e descrição das práticas parentais
- Consolidar indicadores que permitam o acompanhamento e monitoramento das famílias e crianças.
- Construção de sistema de monitoramento de dados do Programa Mais Infância, que integrará sistema do Governo do Estado e servirá como linha de base para intervenções propostas -> soluções com base em evidências

Parceiros: Universidade Federal do Ceará e Fundação ASTEF

C.2. Iniciativa: Monitoramento do Plano Estratégico – Mais Infância Ceará

- Oficinas semestrais para monitoramento da execução plano estratégico pactuado em 2020 com a gestão estadual e os principais interlocutores do Programa Mais Infância Ceará

Parceiros: Pacto

D. Estratégia: Cidades

D.1. Iniciativa: Urban 95

- Programa que visa capacitar gestores no planejamento de cidades que promovem o desenvolvimento infantil
- Pontos-chave do programa:
- foco nas crianças mais novas (desde antes do nascimento até os 5 anos de idade) e seus cuidadores;
- trabalho voltado à cidade como um todo, por meio de mecanismos de planejamento municipal de forma intersetorial, gestão orientada por dados, estratégias de mudança de comportamento, mobilidade e áreas de investimento que sejam politicamente visíveis;
- atenção ao ambiente construído.

Parceiros: Instituto Cidades Sustentáveis

3. AVALIAÇÃO

a. Escopo da avaliação

Os objetos dessa avaliação são tanto o conjunto de iniciativas implementadas pela coalizão, quanto a estratégia adotada para implementação das iniciativas junto ao território, de forma que além de fornecer a análises sobre implementação, forneça mecanismos para realizar o monitoramento.

Uma vez que foco da avaliação é a etapa de implementação, há duas preceptivas centrais, a primeira é mais macro, em que se espera que a avaliação tenha maior enfoque nos insumos e processos, especialmente em relação à governança da iniciativa, relação entre as organizações com os governos e implantação das iniciativas de forma integrada com as políticas locais. Já do ponto de vista mais específico, espera-se que o processo avaliativo forneça insumos que apoiem a compreensão do resultado do

conjunto das iniciativas desenvolvidas nos municípios e no estado do Ceará, em especial na análise da mudança das práticas e da contribuição para o alcance dos objetivos estratégicos priorizados pelo Estado, e consolide as avaliações, dados e resultados de cada iniciativa, por meio de uma matriz de indicadores que viabilizará o monitoramento da implementação.

Durante o processo de avaliação esperamos que os seguintes aspectos sejam considerados:

- Relevância – análise do modelo de intervenção e modelo de coalização construído
- Eficácia - análise da pertinência dos resultados para o público beneficiário
- Sustentabilidade - análise sobre a continuidade dos resultados positivos
- Referência - análise sobre a possibilidade de sistematização da experiência.

b. Perguntas avaliativas:

Foram elencadas dez perguntas avaliativas que se relacionam com cinco esferas de implementação, sendo que os conceitos de aprendizagem, sustentabilidade e escalabilidade são fatores transversais a elas. Essa dinâmica está apresentada graficamente na figura abaixo, e as perguntas estão elencadas na sequência.



Vale destacar que conforme apresentado no anteriormente um dos objetos dessa avaliação são os as iniciativas implementadas pela coalizão, sendo que essas possuem escopo, tempo de execução e stakeholders distintos, mas quando a questão se referir a “atores-chave” deve-se considerar os gestores e equipes técnicas estaduais e municipais da assistência social e da educação.

1. Em que medida os atores-chave, em nível estadual e municipal, foram sensibilizados e engajados?

O objetivo dessa pergunta é entender qual foi a qualidade, a efetividade e a abrangência dos diálogos junto ao público-alvo.

2. Em que medida as ações da coalizão contribuíram para o alcance dos objetivos estratégicos definidos pelo governo no plano de PI do estado (com foco nas famílias do Cartão Mais Infância)?

Essa pergunta se aterá apenas aos objetivos estratégicos priorizados pela coalizão. Espera-se que os efeitos não esperados, ou seja, o alcance dos projetos para além do que havia sido previsto (inclusive para além do plano), também sejam mapeados.

3. Em que medida as estratégias adotadas contribuíram para a integração das políticas de PI e para o fortalecimento do regime de colaboração entre estado e municípios em favor da PI?

4. Em que medida as estratégias dos programas da coalizão contribuíram para a formação de capacidade técnica no estado e nos municípios?

As iniciativas que compõem o plano possuem avaliações individuais, e os resultados dessas devem contribuir para responder essa pergunta.

5. Em que medida as tecnologias/modelos baseados em evidência que foram utilizados contribuíram para qualificar as políticas públicas existentes?

Em complementariedade a pergunta acima é importante entender em que medida os públicos-alvo implementaram e/ou incorporaram os conhecimentos, ferramentas e recursos oferecidos pelos projetos mudando de fato suas práticas.

6. Identificar barreiras e facilitadores à adoção e implementação de tecnologias às políticas públicas locais.

Importante entender em que medida o modelo de colaboração estado-município favorece/desfavorece esta incorporação, e quais outros fatores internos ou externos contribuem para o sucesso/fracasso da iniciativa?

7. Quais os principais desafios e aprendizados do processo de implantação?

Essa pergunta possui dois eixos centrais, o primeiro é referente aos desafios encontrados pelo público beneficiário (famílias/ crianças em situação de adversidade) no acesso ao serviço durante a implantação. Já o segundo tange o modelo de estruturação, ou seja, é importante entender se atuar maneira sistêmica com múltiplas intervenções favoreceu, alavancou e/ou obstruiu a conquista de resultados (sinergia, sobrecarga, cooperação, disputa)

8. Em que medida a intervenção contribuiu para o acesso à atenção integral de qualidade às crianças de 0 a 6 anos do Cartão Mais Infância?

Os resultados das avaliações realizadas pelos parceiros serão insumos relevantes, mas será necessário planejar coletas adicionais.

9. Em que medida os elementos necessários para a sustentabilidade técnica, política e financeira das iniciativas foram estabelecidos no estado e nos municípios?

Importante investigar quais são os fatores que contribuem para a sustentabilidade.

10. Considerando as iniciativas implementadas pela coalizão, o modelo de colaboração entre a administração pública (estado, municípios) e a coalizão favoreceu a implementação e a escalabilidade de políticas públicas baseadas em evidências para desenvolvimento da PI?

c. Abordagem metodológica

Essa avaliação deve utilizar metodologias e técnicas de acordo com as necessidades específicas de produção de dados e informações, as questões previstas neste termo de referência, a disponibilidade de recursos, e as prioridades das partes interessadas. Considerando que a avaliação versa sobre projetos e programas complexos, espera-se que rubricas avaliativas sejam utilizadas como ferramenta.

A equipe avaliadora irá propor a metodologia, que deve ser participativa, promovendo aprendizagem e ao aperfeiçoamento de maneira dialogada com os agentes do território e com as instituições. Além disso, espera-se que a equipe possa olhar para os indicadores existentes nos projetos, a fim de verificar a necessidade de indicadores adicionais para resposta às perguntas avaliativas, bem como estabelecer uma matriz de indicadores para o monitoramento dos resultados das iniciativas.

A equipe avaliadora deverá analisar todas as fontes de informação relevantes, tais como relatórios externos, documentos do programa, arquivos de programas, documentos estratégicos de desenvolvimento, e quaisquer outros documentos que possam fornecer evidências.

Também é esperado que a equipe utilize entrevistas, grupos focais, questionários ou qualquer outra ferramenta metodológica quantitativa e qualitativa como um meio de colher dados e informações relevantes.

4. USOS E UTILIDADES DA AVALIAÇÃO

As avaliações são exercícios orientados para coletar dados e informações a fim de medir até que ponto os resultados foram alcançados. No entanto, a utilidade do processo de avaliação e de seus produtos vai muito além da coleta de dados e da apresentação do relatório de avaliação. Esperamos que o processo desenvolvido ao longo do tempo fortaleça e instrumentalize o monitoramento.

A dinâmica criada pelo processo de avaliação é a oportunidade ideal para estabelecer uma agenda sobre o futuro do programa identificando pontos de melhoria de forma a pensar na sustentabilidade e da escalabilidade das ações, tanto em suas dimensões estratégicas como operacionais. É também um excelente meio para fomentar a aprendizagem, estimular aperfeiçoamento, sistematizar lições aprendidas e transmitir mensagens-chave sobre as boas práticas, produtos e ações junto aos agentes do território.

É essencial desenhar e implementar um plano completo de comunicação dos resultados da avaliação, conclusões e recomendações de forma que as devolutivas para as partes interessadas possam se apropriar do processo, das boas práticas e lições aprendidas.

5. ENTREGÁVEIS

- I) Plano de avaliação e monitoramento - expectativa de entrega agosto/21
(considerando rubricas para avaliação)

- II) Matriz de Indicadores gerais da coalizão - expectativa de entrega novembro/21
(considerando os indicadores já propostos por cada iniciativa, bem como indicadores já definidos na teoria da mudança de forma que contribuía para o monitoramento da implementação e dos resultados)

- III) Relatório intermediário I - expectativa de entrega março/22
(insights sobre o processo de implementação)

- IV) Relatório intermediário II (expectativa de entrega – jun/22)
(mensuração dos indicadores com base na matriz construída)

- V) Relatório intermediário III - expectativa de entrega setembro/22
(apresentação dos resultados atingidos até agosto de 2022)

- VI) Plano de comunicação e disseminação dos resultados - expectativa de entrega novembro/22
(a ser desenhado com a coalizão)

- VII) Relatório Final em português e inglês - expectativa de entrega 1º trimestre/23 após término das iniciativas

(avaliação somativa com respostas as perguntas avaliativas considerando os aspectos descritos)

VIII) Sumário executivo em português e inglês - expectativa de entrega 1º trimestre/23

6. Apresentação da proposta

A proposta deverá ser encaminhadas para mjulia@fmcsv.org.br até o dia 14 de junho de via e-mail.

A proposta deve conter:

- Currículo resumido
- Metodologia proposta
- Plano de trabalho
- Calendário (expectativa de receber relatório final em XX)
- Proposta de orçamento detalhada
- Introdução à Consultoria;
- Descrição de avaliações realizadas pela Consultoria com características semelhantes;
- Descrição da abordagem metodológica para atender os requisitos apresentados neste termo;
- Descrição detalhada do escopo de trabalho e produtos previstos;
- Cronograma detalhado para desenvolvimento do trabalho;
- Currículo da equipe envolvida e descrição breve de trabalhos anteriores correlacionados.
- CNPJ e Razão Social da Organização (CPF, RG e Nome Completo para Pessoa Física);
- Inscrição Estadual e Cadastro de Contribuinte Mobiliário (quando aplicável);
- Descrição, quantidade, valor Unitário e total das entregas incluídas no serviço;

- Valor total bruto incluindo e discriminando os eventuais impostos incidentes;
- Forma e Prazos de Pagamento;
- Dados de Contato (Nome, telefone e e-mail).

7. PAGAMENTO

O pagamento será dividido em parcelas, vinculadas aos seguintes marcos:

20% na assinatura do contrato e entrega do plano de trabalho;

40% na entrega do relatório intermediário III;

40% na aprovação do relatório final.

8. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

Os critérios de seleção estão listados abaixo:

- Entendimento do escopo, qualidade e assertividade da proposta;
- Proposta técnica de pesquisa e metodologia de trabalho;
- Currículo de todos os envolvidos;
- Perfil da equipe avaliadora (habilidade de facilitação, análise de dados, conhecimentos prévios em política pública e primeira infância)
- Relevância de trabalhos anteriores;
- Custos e prazos de execução.